

## Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Coronel  
Ustra



Idenir  
Cecchim



Jonas  
Reis



José  
Freitas



Karen  
Santos



Marcos  
Filipi

### 013ª CUTHAB 22ABR2025

**Pauta:** A situação do Centro de Referência do Negro Nilo Feijó.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** (10h11min) (Início da reunião sem gravação.) ...Centro de Referência do Negro Nilo Feijó, localizado na Av. Ipiranga, que é um espaço de referência da cultura e da história da comunidade negra da nossa cidade de Porto Alegre. Cidade de Porto Alegre, que é a cidade mais segregada racialmente em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, em relação às pessoas pretas e às pessoas não negras. Nesse sentido, pensar esse território dessa cidade segregada, que não tem um regime de *apartheid* social como o sul-africano, não tem um sistema Jim Crow como o norte-americano, mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que, em determinados bairros, a comunidade negra se encontra majoritariamente. E são os bairros onde a gente tem a maior precariedade no âmbito do oferecimento de serviços básicos, como saneamento, energia elétrica, espaços de educação formal. Então, pensar essa cidade segregada é um dos compromissos do nosso mandato, assim como preservar os territórios negros, que se encontram ainda em espaços privilegiados na nossa cidade, assim como a gente tem os quilombos urbanos. O primeiro quilombo urbano titulado na nossa cidade, no nosso País, desculpa, foi o Quilombo da Família Silva, localizado no bairro Mont'Serrat, Três Figueiras, perdão, que é um dos bairros com o metro quadrado

mais caro da nossa cidade, e é uma das famílias que resistiu a esse processo das políticas que são elaboradas, inclusive, pelas Câmaras de Vereadores, de retirada dessas comunidades, afastamento delas dos espaços centrais e realocação dentro das periferias da nossa cidade. Os quilombos, acho que são exemplos de como a organização desses negros que passaram pelo processo de colonização, de escravidão, de diáspora, a importância da organização para eles manterem o vínculo com os seus territórios originais. A gente tem ali no bairro Cidade Baixa o Quilombo Mocambo, da liderança Elaine; temos também o Quilombo Fidelix; temos o Quilombo Areal da Baronesa, que também refletem uma história de um bairro, Cidade Baixa, que era um bairro preto, proletário e boêmio. E essa é a característica histórica e original daquele bairro, que também remete a todo esse processo, porque era um bairro precário, era um bairro de contínuas inundações. Era ali onde ficavam as comunidades pobres e, por consequência pretas, fruto dessa história de 524 anos de Brasil. Um País que nunca fez nenhum tipo de política de reparação ou compensação, indenização a esses quase 4,5 milhões de negros que foram para cá traficados, escravizados, que contribuíram para o desenvolvimento da riqueza do nosso País, do nosso Estado, e até hoje seguimos com essa demanda de reparações históricas aos crimes da escravidão e do colonialismo. Então, quando falo de territórios negros, dos territórios simbólicos, das práticas, das vivências e dessa relação originária, ancestral, com a presença negra dentro desses espaços da cidade, é ali que localizo o Centro de Referência do Negro Nilo Feijó. É nesse conceito que localizo os quilombos urbanos na cidade, é nesse conceito que localizo os clubes negros. Porto Alegre, que também tem o clube negro mais antigo do nosso País, que é o Floresta Aurora, do qual meu pai teve a honra de ser conselheiro, parte dessa gestão. Fui uma criança negra que constituiu a sua negritude dentro desse clube negro, assim como o Satélite Prontidão, ambos clubes que também passaram por processos de remoção dentro da nossa cidade, seja pela questão do IPTU, seja pelo avanço da especulação imobiliária. Então, isso é uma história que se repete, infelizmente, em âmbito não só das comunidades negras, mas também das nossas instituições societárias. As organizações societárias negras

vêm passando por reincidentes processos de remoção. Isso aconteceu com as escolas de samba, isso aconteceu com os clubes negros, isso só não aconteceu com os quilombos urbanos, porque tem uma luta nacional que coloca todo o processo de demarcação sob responsabilidade do governo federal, onde conseguimos ter uma correlação de forças ao tempo, aos estudos que têm que ser feitos mais favoráveis. Então, não ser a titulação e a demarcação pelo Município ainda nos consegue permitir que consigamos ter mais tempo para organizar essa luta, essa resistência pelos territórios originários. Nesse sentido, toda essa contextualização em relação ao pertencimento desses territórios, em especial do que vamos tratar hoje, que é o Centro de Referência do Negro, eu trago essa pauta para conseguirmos debater, primeiramente, o abandono daquele espaço, que é um espaço muito importante para a nossa comunidade, em âmbito de reuniões, formulações, execução de espaços culturais, como o Sopapo Poético que, por muito tempo aconteceu lá dentro. Quero agradecer a presença da coordenadora Adriana, coordenadora de negros e negras, que é uma parceira do nosso mandato em relação a essa luta pela manutenção da nossa memória, pela manutenção da nossa história e das nossas instituições negras. Te agradeço, Adriana, por novamente estar conosco nas reuniões de comissão para debater os nossos territórios. E o objetivo desta reunião é a gente pensar quais são as possibilidades de destinação do Centro de Referência do Negro Nilo Feijó, que está abandonado. E está aqui presente comigo também, compondo esta Mesa, o secretário André Flores, que tem um pouco desse registro em relação às manutenções que devem ser feitas no prédio, há quanto tempo o prédio está nessa condição de abandono, para a gente conseguir, enquanto comunidade negra, principalmente... E aí eu quero convidar para compor esta Mesa a Delma Gonçalves e a Fátima Farias, que são as nossas representações do Sopapo Poético. Sidney, pode vir compor aqui a Mesa. Também quero chamar o Cleber Eduardo, da União das Escolas de Samba de Porto Alegre, da UESPA. Chamei o povo do carnaval, das duas entidades que nós temos hoje, que é a UECGAPA, representada ali pela Kelly Ramos, e o Cleber Eduardo, representante da UESPA, porque foi conversa, este ano, nos

barracões lá do Porto Seco, com a presidenta Kelly, de o espaço do Centro de Referência do Negro voltar a abrigar um espaço para as entidades de carnaval. Nesse sentido, eu falei: Presidenta Kelly, vou chamar uma reunião de CUTHAB, para que a gente consiga pensar primeiramente quais são as condições arquitetônicas daquele prédio em estar abrigando novamente as entidades do carnaval, quais são os planos da Prefeitura nesse sentido, e também isso pressupõe uma organização em âmbito das entidades para ver como a gente consegue organizar isso em âmbito de um TPU. Está aqui comigo também o vice-presidente desta comissão, o Ver. Jonas Reis, fique à vontade, a pauta hoje é o Centro de Referência do Negro. Acredito que todas as pessoas que foram convidadas estão presentes. A gente convidou também o Conselho Municipal do Negro, que eu não estou vendo aqui, o Movimento Negro Unificado, Unegro, que é a União de Negros e Negras pela Igualdade, que são as outras representações, entidades que têm um compromisso com a pauta negra na cidade, mas não estão presentes. Então, vou dar início a essa reunião. O que eu imagino? Primeiramente, ouvir o que o Sopapo Poético, que tem uma relação histórica com aquele prédio, tem a dizer em relação à manutenção e à necessidade daquele espaço permanecer enquanto espaço da comunidade negra. Quero ouvir o Cleber para também ter uma manifestação em relação às entidades carnavalescas que por muito tempo ocuparam aquele espaço. Na sequência, ouvir a coordenadora Adriana, que já tem um acompanhamento há mais de cinco anos da gestão do espaço do Centro de Referência do Negro. E, por último, ouvir o secretário André Flores em relação às condições arquitetônicas do prédio. Dito isso, vou passar de imediato para a representação do Sopapo Poético, a Sra. Delma Gonçalves. Sempre se apresentar, dizer o nome e a entidade que representa, para que a gente consiga ter as notas taquigráficas de uma forma bem organizada e ter uma ata desta reunião.

**SRA. DELMA GONÇALVES MATTOS DA SILVA:** Bom dia a todos. Sou a Delma Gonçalves, poeta, compositora e faço parte do Sopapo Poético desde a inauguração, em 2012. A gente faz parte desse sarau, que já é um sarau bem

---

consagrado em nosso Estado. Sempre estivemos lá na inauguração do CRN Nilo Feijó. A gente estava lá participando, quem nos apoiou muito foi o Amaro, o presidente das escolas de samba, e a secretária Elisete Moretto. Foi muito linda a inauguração, promessas, a Prefeitura nos dando promessas de um espaço onde a nossa literatura negra estaria presente. Nós estaríamos não só com o nosso Sopapo Poético, mas outros grupos de negros que fazem arte de dança, toda arte que o negro oferece. Estávamos muito felizes com esse espaço maravilhoso. Fizemos muitos... com pessoas de fora do Rio Grande do Sul, trazendo poetas de outros Estados, tudo lá naquele espaço. Só que, na pandemia, houve um problema. O prefeito resolveu colocar as doações naquele espaço. Então, não tinha espaço para a gente fazer as nossas artes. Fizemos um movimento e conseguimos tirar aquelas doações, em todo o espaço do CRN havia roupas. A gente conseguiu tirar, mas, depois, teve outros eventos que conseguiram nos afastar de lá. E agora o Sopapo Poético é um Sopapo itinerante. Todo mês é nossa luta para a gente conseguir um espaço para apresentar o sarau. Isso é muito... isso constrange, porque a gente tem que estar solicitando, fazendo cartas e tudo, para mostrar esse nosso espaço que já era praticamente nosso. Não só nosso, mas de toda a nossa negritude. Infelizmente, aconteceu isso. E o CRN está deplorável. Eu até choro quando eu passo por lá. Eu moro na Ipiranga, passando a São Luís. Eu moro ao lado da Escola de Samba Acadêmicos da Orgia, que foi uma das escolas também que apoiaram o CRN, como outras escolas de samba, a Imperadores, todo mundo apoiou aquele espaço nosso lá. Quando eu venho, venho no *shopping*, eu passo por ali, eu fico triste de ver aquilo, o que a Prefeitura está fazendo com o espaço que deveria ser nosso por direito, que foi inaugurado com um dos grandes músicos daqui de Porto Alegre, o Nilo Feijó. Infelizmente, na época, ele estava presente, e agora ele já não está mais entre nós. Mas o CRN continua. Continua a nossa esperança de arrumarem aquilo lá, porque agora não sei como vai ser, a gente não sabe. A gente não tem noção do que... É importante esta reunião aqui com todas as pessoas que estão aqui, eu espero que nos apoiem de continuar esse projeto

lindo da nossa cultura. Passo a palavra para a Fátima Farias, que também faz parte do CRN.

**SRA. FÁTIMA REGINA GOMES FARIAS:** Bom dia a todas, todos, bom dia à Mesa; muito obrigada pela possibilidade de estar aqui falando sobre o que nos pertence, o que pertence à nossa cultura negra na cidade de Porto Alegre. Eu sou de Bagé, cheguei em Bagé em 1982. Sou poeta, escritora, ativista social, sou uma militante dos pontos que eu penso que sejam importantes, onde há carência, principalmente, da cultura, da fala, da escrita, da leitura. Moro no bairro Bom Jesus, um dos bairros mais perigosos, dito área de risco, de Porto Alegre. Eu sentia sempre... De 1982 para cá, eu sempre escrevi, meus escritos ficaram sempre escondidos dentro de gavetas ou na mente. Quando chegou a internet, 2010, 2011, eu criei coragem e comprei um computador, e abriu o mundo, o mundo apareceu na minha frente, e surgiu CRN – Centro de Referência do Negro, na minha frente. E uma negrada; mas o que é isso aqui? A gente colocava – eu, no caso –, versinhos no mural do Face. Eu precisava tirar tudo aquilo que eu tinha por dentro, que é a escrita, a ânsia, pelas mordanças por tanto tempo que a gente foi calada. Isso aqui é o Sarau Sopapo Poético. “Eu vi os teus escritos no mural e tu escreves muito bem. Vem para cá, vem conosco.” Isso em 2012, 2013. Eu fui, com muita vergonha, porque não me sentia uma escritora, uma poeta. Até hoje, nos dias de hoje, não consigo me sentir nesse lugar, e vou indo, vou aprendendo. Cheguei lá, uma negrada, tipo, as pessoas da minha cor, tudo escrevendo, tudo poeta, tudo escritor. Meu Deus, onde vocês estavam? E aquele lugar representa, para mim, a Fátima poeta, a Fátima escritora. Temos ali um colega nosso também, que é testemunha de tudo isso que estou falando. Outra coisa, algo que pode nem ter a ver com o que estamos conversando agora. Um dia, mais ou menos nessa época, eu coloquei o meu endereço, na Bom Jesus, na internet, no Google. Aí apareceu a minha casa, e eu chorei: eu tenho endereço. Isso pode parecer raso agora, mas, pessoas como nós, que não têm o direito de ter uma moradia, vão ver a importância disso, de tu abrires uma rede social e encontrares a frente da tua casa no mapa, Bom Jesus está no mapa, eu

estou no mapa, eu existo. Eu acho que nós temos o direito de um espaço. É importante o Sopapo Poético ser itinerante? É, para alcançar vários lugares, vários espaços, várias pessoas, é importante. Mas, um dia, para um churrasco num domingo, um dia para um seminário, um festival, nós temos que ter o nosso espaço. Eu sei que todo mundo tem, todo mundo tem o seu clube de direito, e o Sopapo Poético exige aquele lugar, ou uma sugestão: “Olha, vocês precisam fazer isso, isso, isso. A gente precisa fazer isso, isso. Está errado isso, isso”. Mas, nessas interrogações sem resposta, é impossível, ou, então: “Desiste, não tem mais jeito”. Algo concreto que faça com que paremos de sonhar ou botemos a mão na massa. Por enquanto, é isso que tenho. Obrigada.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Muito obrigada às nossas representações do Sopapo Poético. Vou passar, de imediato, para o Cleber Eduardo, representação da UESPA.

**SR. CLEBER EDUARDO DOS SANTOS TAVARES:** Bom dia, Ver.<sup>a</sup> Karen; bom dia, vereadores Jonas, Cecchim, Marcos e José Freitas; demais representantes do movimento Sopapo Poético, todos os presentes, muito obrigado pela oportunidade. Meu nome é Cleber Eduardo Tavares, sou presidente da UESPA, a União das Escolas de Samba de Porto Alegre, uma das duas ligas que organiza o carnaval de Porto Alegre e todos os movimentos relativos ao carnaval. Estou aqui um pouco despreparado em relação a algumas informações históricas, mas tenho certeza que o secretário Flores tem mais informação. Quero remontar a 1990, que ali naquele espaço funcionava uma escola de samba – não lembro se era Flor de Lis ou Beija-Flor do Sul? A Beija-Flor do Sul. Então, o que aconteceu antes desse tempo, eu não sei, mas parece que já era do carnaval, aquele espaço ali, estou falando de 1990. E me lembro também, por coisas que foram ditas, porque virei presidente da minha escola de samba original, que é a Vila Isabel de Viamão, em 2012, mas em 2006, 2007, a administração da Associação das Entidades Carnavalescas, a Aecpars, que não era o Vitor Hugo Amaro, era outra gestão, anterior, em 2005, nos garantiu que

comprou aquele espaço por US\$ 40 mil na época. Quem sabe bem dessa história é o Sr. Evaristo Barbat Mutti, que é um decano do carnaval de Porto Alegre, e foi passado para todos os presidentes, que foi adquirido. Ou seja, essa informação não quer dizer que seja fidedigna, porque, se foi comprado, deve ter algum registro, transferência, algum documento, certo? Mas, enfim, em 2000 em diante, a associação ocupou aquele espaço e a gente ia lá como figurante, havia uns pagodes, roda de samba sempre existia lá. E a Liga, o nome na época era Aecpars, funcionou ali até 2013 ou 2014, onde eu já era presidente de escola de samba e acompanhava os eventos lá. Com a gestão do Sr. Vitor Hugo Amaro, por alguma decisão administrativa, foi passado também para o Movimento Negro, inclusive, o nome Nilo Feijó veio depois, até porque ele era vivo nessa época. E aí se perdeu um pouco da referência, como disse a nossa poeta, lá de Bagé, do CEP. Hoje, as escolas de samba têm CEP fabril, que é o Porto Seco, mas as associações não funcionam num ambiente específico de administração. A gente atende os nossos interesses administrativos num barracão, mas lá é fábrica de carnaval.

Então, somos partidários que realmente – não podemos negar – aquele espaço é uma referência para todos os movimentos negros e da cultura popular. Então seria importante que chegássemos a uma destinação social daquele espaço. É um espaço que tenho certeza que deve ser muito requisitado e buscado pela especulação imobiliária, porque é uma área nobre. Mas partindo de dois pressupostos: existe uma afirmativa que tem uma compra e venda do imóvel e existe uma destinação social, acho mais justo que se faça um movimento de resgate dessa informação para ver qual a veracidade dessa informação. E mesmo que não haja uma prova de propriedade material, mas tenha a propriedade imaterial e cultural, que é a nossa. E essa deve ser levada em consideração na hora que a nossa Secretaria de Administração, o setor de parceirização, o próprio prefeito Sebastião Melo, que é muito atento, na minha opinião, aos requerimentos sociais, seja entendido como um patrimônio, se não material, mas imaterial da nossa cultura. Não devemos ceder mais um espaço, e como falou a nossa Ver.<sup>a</sup> Karen, nossa anfitriã aqui na comissão, segregar a

nossa cultura para mais um gueto, mais uma higienização social. Precisamos de um endereço central onde possam ser feitos vários projetos da cultura negra e de outras culturas também. Pode até ser aberto para movimentos LGBTQIA+, vários eventos que possam atender a necessidade cultural e até social da nossa cidade. Nós, enquanto carnavalescos, referendamos todos os objetivos de não higienização do nosso espaço, e, sim, chegarmos a um acordo. Claro que tem todas as questões de logística, manutenção, pagamento de água, de luz ou do próprio IPTU, mas temos certeza de que a construção conjunta é a melhor solução do que uma decisão autoritária e burocrática de ceder à especulação. Nós fazemos questão de sermos parceiros nesse projeto e transformarmos aquele espaço em mais um centro cultural, voltar a ser o que era em 2000, 2005, por aí. Obrigado.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Muito obrigada, Cleber Eduardo, representante da União das Escolas de Samba de Porto Alegre. Vou passar para a coordenadora Adriana, coordenadora da Igualdade e Promoção Racial do nosso Município.

**SRA. ADRIANA SANTOS:** Bom dia, quero cumprimentar, na pessoa da Ver.<sup>a</sup> Karen, presidente desta comissão, os demais vereadores aqui presentes, o secretário André Flores, os membros do Sopapo Poético e o senhor Cleber, da União de Carnavalescos. Queria, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade, vereadora, porque eu acho que a informação é fundamental para a gente evitar muitas das várias questões que a gente vem atravessando no mundo hoje. A desinformação gera uma sequência de questões que acabam fazendo com que amigos se tornem inimigos, que pessoas que nunca se viram criem uma imagem, um imaginário acerca do outro. Não sou a dona da verdade, mas trago aqui alguns esclarecimentos providenciais e importantes. Primeiro, quero me apresentar, sou Adriana Santos, professora da rede pública municipal de Porto Alegre, estou há cinco anos – vai fazer agora – Coordenadora de Direitos e Políticas de Igualdade Racial desta cidade, da hoje Secretaria de Inclusão e

Desenvolvimento Humano, mas estou na militância da pauta negra desde 2004, quando conheci, e aí quero pedir a autorização desta Mesa para poder contar uma historinha rápida. Vou tentar ser rápida. Professora não é muito rápida, mas vou tentar. Começo a conversar, e aí quero estabelecer minha conversa em quatro pontos. Espaço físico, prédio, é uma coisa; construção coletiva de conceito é outra coisa; território negro é outra coisa; e o Sopapo Poético e outras entidades que estão pleiteando aquele espaço é uma quarta coisa, se me permite, vereadora. Então, vou começar pela história do conceito, construção conceitual daquele lugar. Eu conheci um senhor chamado Lua, que pertenceu ao ainda existente Angola Janga, e minha vida cruzou com ele já em 2004, 2005, quando eu inicio na Secretaria de Educação como Coordenadora de Educação e Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação. E ali me foi apresentado o primeiro movimento chamado CRAB. O que era o CRAB? Centro de Referência Afro-Brasileiro. Estamos falando agora de conceito, se me permitem. Não existia um espaço físico, não existia um lugar, existia uma ideia e um sonho. Junto com o Lua e outros negros daquela época, o professor Oliveira Silveira, que eu também não sou novinha, vou fazer 52 anos neste ano, então tive a honra e o prazer de transitar com esses senhores: mestre Lua, mestre Oliveira Silveira, mestre Nilo, o senhor Nilo foi um grande parceiro meu dentro da Secretaria de Educação. Juntos fizemos vários cursinhos pré-vestibular dentro do Satélite Prontidão, ali onde é hoje a Perimetral. Então, várias ações conjuntas. E, junto com essas pessoas, a gente sonhou um CRAB. Não tinha endereço, não tinha local, mas existia um projeto. E a gente estava buscando financiamento, eles buscavam financiamento junto com o governo federal, quando chegou a mim esse projeto pela Educação. Eu não era da Secretaria que cuidava da questão do povo negro na época, mas era da Secretaria de Educação, que transitava com a pauta negra pelas escolas. Eu comecei a fazer parte do GTA, Grupo de Trabalho Antirracista, que foi criado por várias secretarias, tinha várias secretarias como membros, e a ideia era de pensar, de gestar esse CRAB, junto com outras iniciativas da pauta negra que ali se encontravam naquela época, na Secretaria de Direitos Humanos, que ainda existia. Bem, então, a primeira coisa

---

que eu estou falando, o conceito de CRAB é um espaço coletivo de discussão cultural, de discussão de serviços, de discussão de educação. Depois eu posso conseguir toda essa documentação para a senhora, porque professora também é um bichinho triste, a gente guarda tudo, e eu tenho todos esses registros guardados comigo. Então, ali era o nosso sonho. O CRAB foi um projeto para o qual o mestre Lua estava pleiteando uma verba federal. Na época, não chegou a acontecer o valor que se esperava para a construção do prédio. Bem, e aí eu vou passar para o segundo ponto da minha pauta, da minha lista aqui, que chama Territórios Negros. Enquanto em exercício desta função na Secretaria de Educação, senhoras e senhores aqui presentes, eu não vou dizer que criei, porque quem criou o roteiro, na verdade, foi o professor Oliveira Silveira, mas eu, junto com o professor Manoel Ávila, que é hoje professor da rede e também diretor de uma escola, criamos um roteiro, para apresentar para os professores desta rede, chamado Territórios Negros Afro-Brasileiros em Porto Alegre; um ônibus logotipado, com estrutura para levar alunos e professores a transitar por esta Porto Alegre, conhecer a sobreposição territorial que existe aqui. Porque aqui, sim, teve muita presença negra, muita influência de negros e negras aqui, suor e lágrima em vários territórios desses; não só naquele território onde fica a Ipiranga nº 311, mas em outros territórios superimportantes e tão importantes quanto a colônia africana, entre outros, que nem existem mais hoje. A colônia africana é hoje o bairro Rio Branco, só para a gente ter uma ideia. Então, quando falo sobre a posição territorial, estou falando daquela negritude que existia e que fomos, de fato – desculpe, eu cheguei atrasada, peguei um pouco do seu discurso –, realmente escanteados para os espaços mais à margem dessa cidade, e o centro foi ficando para trás. Mas tudo que era do Túnel da Conceição para cá era nosso naquela época. É bom que se diga. Então, eu – não digo mais do que qualquer pessoa, porque as senhoras e os senhores aqui que são negros, tanto quanto eu, viveram na pele isso que estou falando – criei, junto com o Manoel, esse roteiro Territórios Negros, e eu conheço essa cidade, esse centro de Porto Alegre, sei quais são os territórios negros dessa cidade. Então, eu não posso me furtar de dizer isso para vocês. Tudo que eu vou falar daqui para frente

agora é de conhecimento de causa. Não é uma pessoa que ouviu falar, que escutou, que interpretou; não, eu vivenciei.

E, agora, eu vou entrar na questão do espaço físico, o prédio. O Sr. Cleber contou parte desta história, e me permita complementar um pouco mais, Sr. Cleber. Eu tomei conhecimento desta questão do prédio em 2017, quando ele foi inaugurado, um pouco antes, finalzinho de 2016, quando... Desculpa, em 2013, eu estava na Secretaria de Educação e fazia parte do GTA, quando o então presidente Vitor Hugo entrega – essa é a palavra que eu tenho de conhecimento – o prédio, porque não quer mais ocupar ali com a Liga, para a Secretaria de Cultura. Foi isso que aconteceu naquela época. Se o prédio tem dono ou não, isso aí cabe depois ao secretário André, que é o nosso secretário de patrimônio, fazer a investigação. Estou contando o que eu conheço, o que eu vivenciei da história. Ele entrega ao prédio, porque não tem mais interesse de manter a Liga ali, com vários objetos, inclusive, lá dentro, simplesmente despejou o prédio na cultura, com vários objetos do carnaval, inclusive, lá dentro, troféus e outros equipamentos que, até hoje, ainda estão por lá, e alguns estão dentro da minha sala, outros estão ainda por lá, porque era um volume muito grande, ele entrega o prédio para a Secretaria de Cultura, dizendo não haver mais interesse. A então secretária adjunta, Elisete Moretto, que fazia parte da Secretaria de Direitos Humanos, era adjunta da Secretaria de Direitos Humanos, uma formatação na época em que todas as pautas, negro, indígena, mulheres, etc., tudo eram secretarias adjuntas da Secretaria de Direitos Humanos, enfim, em uma ousada alternativa de criar um espaço que desse conta da pauta negra, para uma entrega – como a gente diz hoje, naquela época, não usávamos muito esse termo entrega, hoje se usa com mais relevância – na sua gestão, ela conversa, primeiramente... Não ia nem se chamar Nilo Feijó aquele espaço, num primeiro momento, ia se chamar Oliveira Silveira, no entanto, não conseguiram localizar a filha do professor Oliveira, já então infelizmente falecido, em 2017, porque ele faleceu em 2009, para cancelar, enfim, autorizar o local, e aí, então, foi chamado Nilo Feijó. Porque ainda, felizmente, estávamos por lá, o Sr. Nilo, e ele... Era uma homenagem, porque ele tinha sido um dos carnavalescos da Liga

---

daquela época, enfim, ele, o professor Pernambuco e outros tantos carnavalescos. O professor, felizmente, ainda vive entre nós, meu amigo e conselheiro até hoje. Ele, então, sente-se honrado, obviamente, por receber essa homenagem, e ali é dado o nome. No entanto, eu mesma, pessoalmente, não estava no Município mais, fui cedida para o Estado em 2016, e lá trabalhei até 2019, também coordenando a pauta negra, eu coordenava, dentro da Secretaria de Educação do Estado, a Coordenadoria de Educação e Relações Étnico-Raciais, um convite pelos meus relevantes serviços prestados, reconhecimento dos meus serviços prestados na pauta. No município, eu fui convidada, e lá fui aceitar o desafio. Então, eu não estava *in loco* no Município, mas acompanhei várias reuniões que foram feitas ali naquele espaço, que, infelizmente, servia muito como agendamento. Agendamento para a formação, professores usavam bastante aquele espaço ali, a Secretaria de Educação usava bastante, cediam espaços para o Sopapo, e outras atividades culturais que ali eram feitas. Eu ainda tenho no meu armário, lá na Secretaria, herdado de 21, quando eu assumo a Coordenadoria de Igualdade Racial, uma pastinha com várias listas de quem agendou aquele espaço, agendado para utilizar para uso cultural ou, enfim, de formação. O que eu quero dizer com isso? E aí vou começar a juntar as peças, me permita. O sonho do mestre Lu e outros baluartes da época com as agendas, aquele bloco de agendas que se tornou, não correspondia e não corresponde ao que a gente queria e o que a gente quer. Bem, em 2021, eu assumo convidada também. Aliás, convidada não, acho que é bom que se diga que eu fui... Apresentei o meu currículo ao secretário Léo Voigt e fui selecionada, porque sou doutora em Educação, sou mestre em Educação, sou especialista em Gestão e sou professora, além de ter mais de 15 anos de experiência na pauta étnico-racial, pois sou uma militante, não militante social, infelizmente, não tive essa prática na minha vida, mas uma militante da educação para esta pauta. Apresentei o meu currículo, achei que eu tinha condições de ocupar esse espaço e aqui estou. Então, em 2021, eu assumo a Coordenadoria de Direitos e Políticas de Igualdade Racial a partir da seleção que o secretário Léo Voigt à época fez, e cai no meu colo o problema sério,

---

grave, que era o prédio da Ipiranga 311. Por que estou dizendo prédio da Ipiranga 311, senhoras e senhores? Porque estou falando de um espaço físico que não representa um espaço cultural e um centro de referência para o povo negro, não representa. Porque, se isso representar, então eu troco de nome. Eu sou uma pessoa negra e tenho muito orgulho da minha pele, não sou capitã do mato e nem tenho o sonho de ser, e muito menos negro de casa. Quem sabe da pauta da nossa história sabe do que estou dizendo. negro de casa, às vezes, é muito mais traiçoeiro do que o próprio capitão do mato, e não sou. E, portanto, não acho, não considero isso um espaço para nós negros. Porque, quando eu pego esse local, ele está vindo da pandemia, muito tempo fechado, não sei dessa história das roupas, então não posso falar porque não estava presente, pode ter acontecido, sim. O fato é que eu recupero, eu entro nesse espaço abandonado, total, com rombos – não eram buracos, rombos – no telhado, provocados, sim, por pessoas que, infelizmente, o tráfico, a droga, acaba tirando as pessoas do prumo e elas acabam invadindo espaços vazios justamente para buscar refúgio e droga e equipar com materiais para poder usar como venda de drogas. E, em seguida, há um roubo bem significativo, que eu tenho, inclusive, a ocorrência policial, de toda a fiação daquele espaço. Em seguida que isso acontece, então eu chamo, eu apresento um projeto para o secretário de revitalização desse espaço. E o secretário pede – eu ia até convidar os meus colegas para vir aqui, mas eu não sabia se podiam, os meus colegas da engenharia da secretaria – uma avaliação do prédio, da estrutura, do que a gente gastaria para fazer as reformas necessárias e poder tornar ativo, porque o que é inativo fica à mercê, justamente, dessas depredações.

O que os meus colegas disseram que era necessário? Demolir o prédio, porque ele tem um avanço construído ilegalmente, não sei se é ilegal, mas é um avanço. O secretário, que entende melhor que eu, e outras pessoas aqui podem entender mais de engenharia – eu sou professora, não sou engenheira, mas um pouco da noção eu tenho. E, de fato, fica à disposição para quem quiser ver, tem uma abertura que, a cada ano, abre mais de fora a fora. Toda a parte da frente parece que foi colada ao restante do prédio. Então, ela tem uma rachadura de fora a

fora que dá a volta toda, como se fosse essa sala quase ao meio, repartida, uma rachadura que vai cair a parte da frente, que foi construída no avanço da calçada, a qualquer momento. Inclusive, eu já tenho uma solicitação feita, junto agora ao secretário Juliano, para a gente colocar uns tapumes lá na frente, para impedir que as pessoas passem muito próximas àquele... Porque pode, Deus o livre e guarde, acontecer algum tipo de acidente.

Então, quando a gente fala que ele tem problemas estruturais que não podem ser habitados neste momento, é disso que eu estou falando, dessa rachadura que vai fazer com que a parte da frente caia para o lado da calçada da Av. Ipiranga. Bom, nesse sentido, a gente começa... E aí, o secretário fala, naquela época, para mim: “Adriana, o valor que vai custar toda esta obra e o tempo de entrega vai ultrapassar a nossa gestão. [No caso, a gestão do secretário Léo, que eram os últimos quatro anos que a gente vivenciou.] Não podemos pensar em um projeto alternativo, de modo que a gente dê conta de atender à população naquilo que lhe é peculiar, no sentido da cultura e do desenvolvimento das atividades, e pensar, posteriormente, no projeto?” E aí, vereadora e demais vereadores, surge o que eu vou chamar de Hub de Inovação e Cultura Preta, que, infelizmente, muitos de nós, negros, estão negando a sua existência. Eu ainda não sei por quê. Estou procurando... Às vezes, penso: vou buscar o porquê. Depois, digo: não, não vou ficar buscando o porquê, porque o meu problema é a ação, e não ficar na reação. E estou buscando desenvolver.

Qual é a proposta do *hub*? Ele ser um espaço que olha para a modernidade e pensa na empregabilidade, na inovação, trazer a pauta do negro para esses espaços mais plurais e mais atuais do século XXI, mas também cultura. Resgatar e salvaguardar toda aquela nossa discussão de cultura, espaço étnico e outros tantos projetos que possam haver. E aí, qual era a contrapartida naquele momento em que foi criado o projeto do *hub*? Que a instituição ganhadora do processo licitatório apresentasse, no primeiro momento, um espaço. O *hub* é definitivo, mas o espaço que ele ocupa é temporário. Por que ele é temporário? Porque ele é um projeto intermediário entre aquele centro de referência que não funcionou, porque estava no espaço que estava depredado, e um futuro

---

complexo de inovação e cultura. Por que um complexo? Porque, para mim, é um nome provisório, *ok*, mas estou chamando de complexo porque estou querendo dar essa dimensão de botar tudo lá dentro. É o *hub*, porque quero continuar assim, enquanto estiver à frente dessa pauta, continuar colocando a nossa negrada, sim, no que é de ponta, no que é no lugar, em qualquer lugar, porque temos muita gente boa para estar falando de inovação, para estar falando de *startups*, e todas essas palavras modernas que parecem que são só para pessoas não negras. Não, somos capazes de falar disso, e temos muitos profissionais bons para isso também. Mas também o espaço para a gente ter um centro de referência, ter empreendedorismo, ter educação, ter recuperação de memória. Não vou chamar de museu, porque parece muito antigo, mas salvar a nossa memória. Ter um espaço de serviço, sim, porque o racismo é tão perverso e tão desumano que a gente precisa de acompanhamento psicológico para suportar, vereadora. Então, ter serviços que a gente possa lançar mão gratuitamente é um desejo também meu que tem lá dentro.

Eu sou uma professora, então tenho que pensar em um espaço de biblioteca, seja ele... A minha intenção particular é dar essa homenagem ao professor Oliveira Silveira, mas ainda, é claro, que não depende de mim, depende de uma consulta com os familiares para autorizar, e outros tantos. E o espaço do CRN, com o nome do Sr. Nilo Feijó também vai estar lá. É o espaço que eu penso que deve salvar essa memória do carnaval e todas essas questões culturais. E aí tem um espaço multi; se vai ser construído na Ipiranga, 311 ou em qualquer outro território negro, aí isso é uma outra discussão que eu também posso explicar aqui. Mas eu não quero monopolizar a palavra, então, só para encerrar, eu quero dizer o seguinte: hoje, senhoras, e desde já fica o convite, vou passar o endereço, o Hub de Inovação e Cultura Preta funciona hoje na Travessa Cairú, 17, quinto andar. Está aberto e à disposição para o Sopapo Poético, a hora que ele quiser agendar, marcar ou fazer... A gente tem permanentemente lá, para a senhora ter uma ideia, o encontro de jurados do carnaval, eles fazem o curso de formação lá dentro. A gente tem permanentemente lá reuniões da matriz

africana, dos delegados de matriz africana que estão se preparando para a conferência de... O Hub de Inovação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**SRA. ADRIANA SANTOS:** Isso, está perfeito. Depois eu posso passar direitinho o cartãozinho para vocês. Então, ele está aberto e vocês podem procurá-lo a hora que quiserem e agendar. Olha, o nosso horário é tal, porque é um espaço que ele é...

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Para ir concluindo, coordenadora, desculpa.

**SRA. ADRIANA SANTOS:** Eu sei, só me estendi, já estou concluindo. Então, o espaço que está lá é pago para ser sustentado, o projeto, não é o espaço, o projeto é pago pelo Município para uma instituição parceira, parcerizada por edital, conduzi-lo. Não quer dizer que ele vai ser eternamente lá, porque a gente quer fazer esse espaço permanente e, aí, migrar o *hub* para esse outro lugar. Mas, enfim, eu só quis dar esse panorama, vereadora, porque acho que a questão da desinformação gera polêmicas e a gente quer mitigar as polêmicas, retirá-las do contexto, para a gente poder focar no que é importante e interessante, que é enaltecer a nossa comunidade negra nesta cidade. Muito obrigada. Desculpa tomar o tempo.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, coordenadora Adriana. Acho muito importantes esses relatos do pertencimento da comunidade negra com aquele território. Tudo isso vai ser registrado em atas e faz parte dessa memória que precisa ser registrada, porque, infelizmente, a gente vai perdendo utensílios, narrativas, pessoas, e acho que tudo isso constitui essa negritude em diáspora. Então, ter isso registrado acho que já é um passo importante, inclusive nesse debate em torno da importância da informação circular em relação às

políticas, às propostas que estão sendo implementadas nesses últimos cinco anos, que não envolvem o CRN, mas que envolvem a comunidade negra. O Ver. Cecchim, secretário Flores, pediu para fazer uma intervenção anterior, porque ele vai ter que se retirar, depois eu passo para ti.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Presidente Karen, meus queridos vereadores, secretário, as poetas, a coordenadora, o nosso homem do carnaval. Eu ia sair um pouco antes, mas eu tinha que dar esse testemunho. Eu fiquei muito feliz em ouvir. Eu ouvi a todos, a vocês, a você também, a história, mas eu queria destacar uma coisa que a senhora falou: o endereço, a importância de se ter um endereço. Isso é tão importante na vida da gente, o endereço pessoal, e não é diferente o endereço das entidades. Então eu fiz questão de ficar aqui para dar esse depoimento e para dizer que é importante. Uma pequena frase que a senhora disse. O direito de ter um endereço vale para a vida, vale para a entidade, vale para todos nós. Então, parabéns. Gostei muito. Para mim foi uma aula. Eu sou um gringo lá de Ibiraiaras, imagina só. Ibiraiaras, em tupi-guarani, quer dizer rainha das matas – lá da roça. Mas eu gostei muito de ouvi-las. Muito obrigado. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Ver. Cecchim, uma das lideranças do governo. Vou passar de imediato para o secretário André Flores trazer para nós quais são as condições do prédio, de qual secretaria é a responsabilidade, se já tem laudo inserido dentro do processo em relação à possibilidade de venda ou não daquele território. Acho que aproveitar essa reunião para também trazer esses esclarecimentos. Sei que eu deveria ter convocado o secretário Cassiá, da Secretária da Administração e Patrimônio, mas o que aconteceu, coordenadora Adriana, é que, na reunião do Conselho do Negro, do ano passado, em abril, foi colocada à venda da sede da antiga empresa Epatur, enquanto uma contrapartida para a reforma do Centro de Referência do Negro. Naquele momento, eu fui uma das pessoas que se manifestaram na reunião do Conselho, e falei que não, território não se negocia.

Como é que, ao invés de ficar nessa cedência de um espaço por outro, a gente não briga pelos dois, e aí entramos com uma ação judicial, inviabilizamos o leilão, e estamos até agora com esse processo em aberto, reivindicando, os embargadores, inclusive, dialogando muito com esse pertencimento da cultura negra no bairro Cidade Baixa, onde está localizada a sede Epatur. Então, estava acontecendo essa discussão da venda da sede em contrapartida, em reforma do CRN, assim como agora eu estou também acompanhando essa discussão da venda da sede do CRN, enquanto uma alternativa de gestão. Vou fazer esse pedido de informação para o secretário Cassiá, da Secretaria de Administração e Patrimônio, porque eu acho que é bem no sentido do que você coloca, Adriana, falta transparência. Infelizmente, a gente vai perdendo os nossos territórios, as nossas entidades, os nossos CEPs e endereços, porque são negociações que são feitas entre secretarias e que, muitas vezes, não passam pelo Conselho do Negro, não passam pela coordenadoria. A sede da Epatur, para mim, é um exemplo disso, que foi um espaço que, desde o início, estava sendo articulado para a implementação do hub de tecnologia, e, de uma noite para o dia, foi colocada à venda. E o hub de tecnologia teve que se submeter a um andar cedido lá no Palácio do Comércio, que é um espaço que, como bem colocado, não é um espaço nosso. É um espaço que está cedido; hoje é nosso, amanhã não é. Então a dificuldade da comunidade negra é ter patrimônio, porque não foi permitido, para nós, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, Ver. Ustra, conseguir se integrar na política de arrendamento de terra, na política de fornecimento de patrimônio. A discriminação racial ainda é um fator de empobrecimento da nossa comunidade. Então, a gente não tem uma sociedade hebraica, a gente não tem uma sociedade libanesa, a gente não tem grandes clubes, como a burguesia da cidade constituiu, e colocar, para as nossas costas, essa questão da propriedade ser mediada pela compra e pela venda é negligenciar todo esse histórico de superexploração da nossa força de trabalho, que nunca foi remunerada. Então, a gente não tem um patrimônio, a gente não tem renda para conseguir comprar os nossos territórios, como os outros povos que vieram colonizar este Brasil tiveram. Então, é uma injustiça e uma dívida que

o Estado Brasileiro tem. Não dá para colocar essa responsabilidade da manutenção dos nossos territórios, porque, sim, em 2020, ele virou um depósito de roupas que foram doadas na pandemia. Na gestão da secretária Comandante Nádia, que hoje é Presidenta desta Câmara, ela alocou todas as doações de roupas dentro daquele espaço. Um espaço que foi se deteriorando com o tempo, não teve uma responsabilidade do poder público em fazer as manutenções adequadas, e hoje, sim, ele está numa condição extremamente precária, mas isso é uma consequência de uma política, como eu iniciei a minha fala aqui, uma política de um racismo institucional, de desvalorização da nossa cultura, dos nossos territórios, das nossas instituições. E tudo que vem do poder público é no âmbito de uma cedência provisória, algo que não dialoga com essa necessidade que a nossa comunidade tem de ter a propriedade. A gente não quer ter PUs para as quadras de samba; a gente quer ter a propriedade das quadras de samba, para não ficar mais à mercê do governo de plantão, que está sempre, todo ano, negociando um termo de permissão para que as escolas permaneçam ali, sendo que, para nós, esse é um espaço que deveria ser tombado, enquanto patrimônio cultural e material do nosso povo, como o Carnaval é em âmbito de nação brasileira. Então, essa desvalorização, esse desprestígio, e aí eu saúdo, Adriana, o teu trabalho, porque, apesar de todo esse racismo institucional, você está lá fazendo um excelente trabalho em âmbito de territórios negros, em âmbito de fortalecimento da nossa estátua dos Zumbis dos Palmares, em âmbito de conseguir ter essa inteligência institucional, e onde a gente consegue avançar em relação aos resguardos dos nossos espaços. E, ao mesmo tempo, o nosso papel enquanto movimento social negro, das nossas instituições. Eu, enquanto uma parlamentar da bancada negra, o meu papel é conseguir tencionar para que esses espaços saiam desse lugar hoje de precariedade, inclusive, ter bancada negra permite a gente conseguir ter acesso a emendas parlamentares, recursos autônomos originados por nós, que nunca tivemos na história deste Brasil, possibilidade de destinar recursos públicos para aquilo que a gente acha que é importante para a manutenção da nossa história, da nossa cultura, da nossa memória. Então, são possibilidades que estão abertas nesse cenário atual, pelo

fato de a gente ter gestores negros, parlamentares negros, empresários negros, trabalhadores que sempre fomos. Como a gente consegue unir forças para pensar essas reparações em relação a um dos maiores crimes dessa humanidade, que foi quase quatro séculos de escravidão e de colonialismo. Então, é desse cenário que a gente quer discutir a manutenção, ou não, do Centro de Referência do Negro, vendo as condições arquitetônicas, as possibilidades de fazermos, ou não, uma reforma. E, em última instância também, secretária Adriana, colocando a responsabilidade de decidir os rumos daquele espaço na nossa comunidade negra, porque daí não é uma decisão da Ver.<sup>a</sup> Karen ou da gestora Adriana. A nossa comunidade negra tem que ser convocada a se manifestar em relação a esses territórios. E o conselho, acho que é um dos espaços importantes para a gente estar ocupando e estar fazendo essa discussão, de quais são os territórios que nos interessam, quais são os recursos que a gente vai brigar em âmbito de orçamento, porque nunca tem dinheiro para reformar os nossos prédios. Aí quando tem eventos internacionais que a cidade recebe, a gente tem recursos públicos investidos ali, em detrimento a outros eventos locais que falam do nosso pertencimento, da nossa existência material, dos vínculos do nosso trabalho, como é a cadeia produtiva do carnaval, que vem sendo desconstituída nos últimos governos. O aramada, a costureira, o escultor, o dançarino, o coreógrafo, toda uma cadeia produtiva que vem sendo desconstituída no nosso Estado, porque a importância de Porto Alegre para o nosso Estado, em âmbito da preservação da cultura do carnaval, aí não tem recurso, aí não tem dinheiro, aí não é prioridade. Então, desculpe, secretária, te dar essa contextualizada, mas eu queria que tu me colocasses as condições do prédio. Vou te pedir também que disponibilize hoje o SEI que trata desses laudos que foram reivindicados pela Secretaria de Cultura, que trata da inviabilidade, se existe, em relação à estrutura, e quais seriam as alternativas para a gente conseguir pensar, em âmbito de emendas parlamentares, a ocupação daquele espaço de uma forma digna.

**SR. ANDRÉ SILVA FLORES:** Bom dia, Ver.<sup>a</sup> Karen; meu amigo, Ver. José Freitas; Ver. Ustra; faço especial saudação ao Ver. José Freitas, porque nós fomos conselheiros juntos, tive a honra de ser eleito pela coordenação junto com o José Freitas, sempre conto isso, porque eu conto para me exibir mesmo. Os prédios públicos são um desafio para qualquer governo no mundo, e não é diferente em Porto Alegre, a manutenção deles e seu número, e, principalmente, aqueles prédios históricos, tombados, como é o caso, por exemplo, da Usina do Gasômetro, onde nós estamos conseguindo entregar a sua conclusão, da sua restauração, por conta de todas as dificuldades, diferente do Viaduto Otávio Rocha e tantos outros que eu poderia citar. Estamos no Centro Municipal de Cultura também, fazendo uma importante intervenção depois da enchente, para poder entregar de volta à população esses espaços que são da cultura, que são da cidade, que são tão importantes, tão caros para todos nós. Vereadora, o investimento na cultura negra, e acho que isso é um importante capítulo, ele precisa ser feito, o carnaval é um exemplo de quanto a cidade investe, acho que talvez não tenha nenhum outro evento que a cidade invista tanto quanto investe no carnaval de Porto Alegre, e, claro, existem outros eventos que são investidos. Eu acho que a senhora se referia ao South Summit, que traz também um retorno de imagem e de arrecadação, inclusive, para a cidade, bastante importante. Nossa rede hoteleira fica lotada, os restaurantes, isso movimenta bastante a economia da cidade, isso é bastante importante para a cidade, assim como, por exemplo, teve alguns dias atrás, o *show* da Maria Bethânia e do Caetano Veloso, também movimenta demais a cidade, além, claro, dos nossos clubes de futebol, um deles, o Sport Club Internacional, fundado ali no Areal da Baronesa, mas os nossos clubes de futebol também movimentam bastante a economia de Porto Alegre, seja no turismo, seja na economia criativa, seja na questão econômica – os eventos são fundamentais em qualquer cidade, ainda mais uma cidade de serviços, como é Porto Alegre. A avaliação do espaço foi feita lá pela ainda secretaria do desenvolvimento social e pela SMOI; aquele prédio apresentou – falando do prédio, ingressando já no prédio ali da Av. Ipiranga, no Centro de Referência do Negro – uma série de problemas estruturais que não recomendam

a sua reforma, porque não se encontrou ali, como disse a Adriana, muito bem, um valor arquitetônico relevante e, assim, pela sua história recente, ele não é, também, um espaço... É importante ter um espaço... A senhora falava do endereço, é fundamental ter o endereço, mas não necessariamente aquele endereço, foi o que se identificou lá na época, eu me lembro, do Desenvolvimento Social, e é o que está registrado. Então, poderia ser ali ou em outro espaço, mas se tratava da importância de haver um espaço. E por que eu digo isso? Porque, às vezes, reformar um prédio é mais caro que construir um prédio. Isso é uma realidade. A gente constrói um prédio modular a R\$ 4 mil o metro quadrado, com conforto climático e toda acessibilidade; às vezes a gente vai reformar um prédio... e quando a gente vai reformar um prédio que foi construído lá nos anos 80, a porta não tem acessibilidade, o banheiro não está preparado, o corredor tem menos de 1,80m e não passa o cadeirante, aí não foi previsto colocar o elevador, só tem escada; e por aí vai. Aí a escada, o tamanho do degrau não está no padrão, a inclinação das rampas não é adequada, não tem como chegar da rua, que é o caso daquele prédio ali, não tem como chegar da rua o cadeirante no ângulo de 8 graus, tem que vir lá no meio da calçada, a rampa, e, assim, poderia dizer uma dezena de coisas que fazem com que o prédio, a sua adaptação seria muito mais cara e mais difícil, e tem ali a questão arquitetônica, ele é irregularizável, ele invade a calçada. É isso, então tem esse problema de recuo, e aí têm várias outras coisas que teriam que ser... Seria mais barato, mais fácil e mais eficiente construir um espaço novo, é essa a questão. Mas é diferente, por exemplo, a gente encontra todas essas coisas no Paço Municipal. O Paço Municipal tem uma escada, mas ali tem um contexto histórico que faz com que precisemos preservá-lo, não vamos derrubar o Paço Municipal, nem a escada; por exemplo, lá não conseguimos colocar as rampas lá no viaduto Otávio Rocha, mas tem todo um aspecto histórico, tem um tombamento, tem uma série de questões que tem que ser preservado. Naquele prédio não se encontrou essas características de necessidade de preservação histórica do prédio; então, há necessidade de haver um espaço, mas não necessariamente com aquele prédio, com aquela fachada, com aquela porta, com essas questões.

Isso, claro, passa por uma avaliação também da Secretaria da Cultura, mas isso foi o que identificaram os nossos técnicos; então, construir naquele espaço ou em outro espaço, mas totalmente adaptado e totalmente capaz de receber com acessibilidade, que é uma pauta muito cara da cidade, porque também um prédio precisa ter a sua acessibilidade. Então, às vezes a gente pensa no cadeirante e no cego, que são os extremos, mas tem ali a pessoa com dificuldade de locomoção, o idoso, a dificuldade intelectual, tudo isso é importante a gente raciocinar e integrar no projeto, na sua execução. Então, isso, para aquele espaço ou em outro espaço, teria que ser pensado; por isso entendemos que o mais eficiente naquele local ali seria a construção de um novo espaço, para o qual não há previsão de recurso, pelo menos dentro da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Quem trata da gestão predial das compras, vendas, reformas, é a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – o atual secretário, Cassiá Carpes, poderia responder melhor. Pelas informações que tenho, é que justamente a venda, uma parte pelo menos, ou o fundo da venda do terreno lá do Largo Zumbi dos Palmares, se destinaria a essa construção, mas isso não passa pela secretaria de Obras, então eu não poderia colocar, mas posso procurar ali dentro do processo. Essa é a informação que tenho, mas eu não tenho como lhe precisar quanto seriam os valores ou qual seria a forma como isso seria passado. Mas todas as vendas, todas as vendas de patrimônio do Município, inclusive as doações de patrimônio do Município – a senhora falava dos IPTUs das escolas – precisam necessariamente passar por esta Câmara de Vereadores, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orgânica do Município assim determinam. Então, teria que ver com a secretaria de Administração e Patrimônio. A secretária Liliana Cardoso, uma mulher negra, lutadora da Cultura, uma importante referência para todos nós, para mim em especial, trata dessas questões com bastante afinco. A secretaria da Cultura também é responsável por essa diligência junto com a secretaria de Desenvolvimento, que agora se chama Desenvolvimento Humano, para que sejam tratadas essas questões, seja pelo âmbito da Cultura, seja pelo âmbito dos serviços que a cidade presta ao movimento negro e a todas essas questões que ali se envolvem. Mas a

secretaria de Obras cumpre executar as diretrizes pensadas e direcionadas pelas secretarias competentes, Direitos Humanos, Cultura e, claro, secretaria de Administração e Patrimônio.

Então, nós estamos à disposição para poder fazer ali nesse prédio da Ipiranga a intervenção que for assim designada, mas é como se fôssemos prestadores de serviço, não cabe a nós decidir. Se alguém perguntasse a minha opinião, eu diria que não, que deveria ser um museu, deveria ser um *hub*, deve ter uma área também para as novas tecnologias, que também são muito integradoras, mas isso compete às áreas competentes. A secretaria de Obras está à disposição para poder auxiliar naquilo que as secretarias nos demandarem para podermos fazer ali daquele espaço; mas as informações que tenho são essas. Aquele prédio ali, o custo de fazer uma reforma nele é maior do que o custo de construir um novo espaço, e tem tudo isso, tem problemas estruturais, tem problema de roubar fio. O custo da adaptação para acessibilidade também é um custo importante, porque a implantação da acessibilidade é muito mais barata do que a adaptação, porque aí tem que quebrar banheiro, botar parede, refazer toda a hidrossanitária, com o prédio de pé é mais difícil ainda. Então, a gente tem todo esse custo aí, que é colocado na ponta do lápis. Agora, se houvesse o entendimento de que é necessário preservar esse prédio, com essa fachada, aí seria uma outra discussão de um outro projeto a ser aprovado. Tudo é possível, mas o custo e a eficiência disso é que talvez não recompensem, porque se o próprio movimento negro entende que não reconhece naquela edificação, que é diferente de naquele local, a necessidade da sua manutenção, então entendemos que o mais eficiente – e a eficiência é um princípio da administração pública – é que se construa, naquele espaço ou em outro espaço, um prédio que já venha com todas essas diretrizes que precisam ser observadas. Vou falando, vou me lembrando: tem o PPCI, tem a questão da ligação com o esgoto pluvial, porque ali naquela região, o prédio é mais alto que o fundo, então tem também a questão de para onde corre a água, tem todas essas adaptações. Às vezes, é mais fácil construir um novo, mas isso é uma decisão, qualquer uma que seja tomada. É a nossa informação, porque a secretaria de Obras provê de

informações; a decisão é de quem compete, e o custo disso também, tem que se prover valores, não adianta a gente imaginar alguma coisa que seja inatingível pela questão financeira. Nós podemos projetar um prédio de Dubai ali, mas ele vai ser inatingível para nós construirmos. Então, quanto isso custa para que possa ser feito? Adianta que as construções modulares custam, em média, R\$ 4 mil o metro quadrado.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Eu vou abrir as inscrições também para os vereadores, o Ver. Freitas já se inscreveu, então vou dar esse aparte para a coordenadora Adriana; depois, se algum vereador quiser se manifestar também...

**SR. ANDRÉ SILVA FLORES:** Só quero complementar uma coisa. Tanto o projeto de reforma como o projeto de construção nova precisam passar por uma série de aprovações, seja com a Secretaria de Urbanismo, seja lá com o DMAE, para que a gente possa, então, ter ele totalmente adaptado. Nós precisamos fazer uma série de aprovações. Isso tem um tempo de projeto que não é imediato, porque ele não está assim “Ah, só arrumar a porta aqui, ligar a fiação e funciona”, ele tem muitas adaptações a serem feitas, é um projeto a ser aprovado. Era isso. Muito obrigado.

**SRA. ADRIANA SANTOS:** Só para complementar, eu esqueci de dizer na minha fala, e a fala do secretário André me provocou, duas questões. Primeiro que aquele prédio, aquele endereço, Av. Ipiranga nº 311, é da responsabilidade da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano, que é a secretaria a qual eu pertenço, da minha coordenadoria, e o secretário Juliano Passini é que tem a gerência daquele espaço. Tanto é que isso foi colocado, está nesta Casa, não sei se já foi votado ou não o Prometas da Prefeitura, e uma das metas de promessa de governo da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano é a construção, enfim, reforma, o que for melhor aconselhado pelos técnicos, do CRN, seja naquele endereço ou num outro território negro, a decisão

tomada a partir do Conselho de Direitos do Povo Negro, que são os representantes, nesta cidade, da comunidade negra.

Nossa proposição, enquanto secretaria, para o ano de 2025, é definição do local, que é a primeira questão, de ser ali ou não, e a segunda questão ainda para o ano de 2025 já é ter um projeto técnico, um metodológico, para dar sustentação a um projeto arquitetônico. Quanto à questão de recurso, esse projeto está sendo descrito no BID. O projeto do Largo Zumbi é no Banco Mundial. Esse projeto do CRN, ou o nome que a gente, enfim, escolher – estamos trabalhando com o nome de CRN por enquanto –, é do Banco BID, o financiamento. Os valores, eu não os tenho aqui, mas também posso conseguir para apresentar posteriormente.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, coordenadora Adriana. O Ver. José Freitas está com a palavra.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Presidente Karen, bom dia. Bom dia, colegas vereadores, secretário e todos os convidados aqui. Acho que a pauta número um aqui, Presidente, é um CEP, não é? É um CEP para o Centro de Referência do Negro. Eu acho que o caminho, secretário, mais rápido, seria justamente a Secretaria de Administração e Patrimônio. Por quê? A Prefeitura tem tantos imóveis, de repente, dentro desses imóveis... Por isso seria importante o secretário Cassiá estar aqui, porque, de repente, dentro desses imóveis que a Prefeitura tem, daqui a pouco já tem um pronto ou quase pronto. Por que, de repente, entre as verbas previstas, ir atrás de financiamento... São duas formas para construir: ou é financiamento ou é através de emenda parlamentar. Emenda parlamentar, haja emenda, a não ser que venha emenda federal, que é um volume maior.

Então, eu acho que o caminho mais certo, a senhora poderia provocar essa reunião com o secretário Cassiá, para ver se dentro da Prefeitura, de repente, dentro da administração e patrimônio, já não tem um imóvel que já tenha condições de ser ocupado rapidamente. Porque tudo que foi falado aqui, toda

essa cultura, esse patrimônio, que é a cultura do negro, não pode ser apagado. E, para isso ter continuidade, tem que ter um CEP, e é para isso que nós temos que lutar, então. Obrigado.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Freitas. O Ver. Coronel Ustra está com a palavra.

**VEREADOR CORONEL USTRA (PL):** Bom dia a todos. Para quem não sabe, sou militar do Exército e servi durante muitos anos aqui no Regimento Osório, perto da PUC. E, no Regimento Osório, nós tínhamos muitos negros ali, Karen. Muitos colegas meus ali, soldados, foram sargentos, até hoje converso com eles quase que diariamente. Então, temos muitos amigos negros. Eu sou colorado, e sabe que o Inter foi fundado após divergências com o Grêmio, e sabe que a torcida do Inter tem essa... Inclusive, tinha um repórter esportivo que falava assim: “esses negros maravilhosos do Internacional”... Porque os principais jogadores do Internacional são negros.

E com relação ao imóvel, que o Ver. José Freitas falou, eu sempre passo o exemplo, em outra reunião, acho que já falei, não é, secretário? Sobre a preservação da fachada do imóvel. Se nós vamos construir, se preserva a fachada. Eu ouvi a senhora falando, acho que esse imóvel não tem valor histórico. Eu estava tentando ler aqui, tentando achar. Eu não sei, eu vi, porque ele tem umas janelas diferenciadas, é um imóvel antigo, enfim. Mas, se quiserem preservar o imóvel, se preserva a fachada e constrói um imóvel mais moderno para trás. Em Curitiba o Exército fez isso aí, doou para a prefeitura uma fachada do 5º Batalhão de Suprimento e construiu o shopping mais moderno lá de Curitiba. Então, realmente, só temos que ver o recurso. A gente não tem que conversar com o secretário Cassiá para ver de onde é que nós vamos tirar esse recurso. É o que mais pega. A gente apoia, verifica junto ao secretário, a gente pode ir lá.

Então, a minha colocação é essa aí, a gente apoia, Karen, estamos aqui para apoiar essas iniciativas. E, se Deus quiser, vamos conseguir esse imóvel para

vocês, para a gente ter um CEP fixo para poder divulgar a cultura e prosperar a cultura. Obrigado, um abraço.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Obrigada, Ver. Ustra. Vou passar a palavra para o Ver. Marcos Felipi, que também foi nosso ex-secretário de Serviços Urbanos do Município, e tem experiência acumulada em relação à gestão dos imóveis. Imóveis não, mas os espaços públicos da nossa cidade.

**VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA):** Ver.<sup>a</sup> Karen, parabéns pela pauta, também parabenizo a todos os presentes aqui. Uma sugestão: eu acho que a gente poderia encaminhar, pela CUTHAB, esse ofício para a Secretaria de Administração e Patrimônio, e também elencar as regiões da cidade que sejam mais interessantes para esse outro CEP, outro endereço. E a SMAP tem ali o controle dos próprios públicos nessas regiões, eles têm mapeado. Então, a gente fazendo um ofício aqui pela CUTHAB, liderado por ti, Ver.<sup>a</sup> Karen, a gente reforça esse compromisso aqui de toda a comissão. E a Secretaria de Administração e Patrimônio vai apontar os espaços que consegue fazer, se for o caso, neste momento, um TPU, ou pelo menos que tenha um tempo de uso para benfeitorias e marcar a identidade nesse território. Fica como sugestão decidir a área da cidade e fazermos esse ofício para a Secretaria de Administração e Patrimônio em nome da Comissão.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Ninguém do público quer se manifestar? (Pausa.) Mais um aparte da coordenadora Adriana, depois eu vou tentar encaminhar aqui com o que eu peguei de indicações.

**SRA. ADRIANA SANTOS:** Só um esclarecimento mesmo, que eu gostaria de entender. Aqui nós estamos falando de um TPU ou algo para entidades ou um espaço público e coletivo para toda a comunidade negra? Fiquei confusa nessa questão porque me pareceu dúbio. Quando eu falo, estou falando de um espaço coletivo de domínio público ou pelo menos de domínio, inclusive de gestão

coletiva; e como a gente conversa em relação aos próprios quilombolas. Não é para casa de X, Y, Z, é para a comunidade do quilombo. Eu só queria um esclarecimento. Obrigada.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Então, pessoal, esclarecendo à coordenadora Adriana e já aproveitando também para encaminhar o encerramento da nossa reunião. Esta pauta hoje foi para nós debatermos qual é a atual situação do Centro de Referência do Negro. Quais são as condições arquitetônicas e quais são as possibilidades políticas de ocupação daquele espaço. Pelo retorno que tivemos, hoje é muito mais custoso fazer a reforma do que demolir e construir um prédio novo. Isso, para nós, é uma condição importante, porque quem vai decidir se o Centro de Referência do Negro vai permanecer lá ou vai sair não é a vereadora, não é o gestor, não é a gestora, é o Conselho do Negro e as entidades negras em assembleia, que é soberana, decidindo os rumos de qual território a gente vai querer ocupar nesta cidade. Eu vou no sentido do que o secretário Marcos Felipi falou, de a gente ter esse mapeamento dos territórios públicos que estão à disposição, caso seja de interesse da comunidade negra sair de lá. Porque, se for interessante permanecer lá, aí vai caber a nós buscar os recursos necessários, seja pelos financiamentos dos bancos, seja pelas emendas parlamentares. Mas acho que, nesse primeiro momento, coordenadora Adriana, a ideia da nossa reunião é conseguir dizer quais são as perspectivas para o ano de 2025, para a gente ter as expectativas alinhadas entre nós, porque a informação não estava disponível. Inclusive, vou te pedir, secretário, que disponibilize esse SEI, esse processo interno da Prefeitura onde está incluído o laudo, para a gente conseguir ter, inclusive, se for necessário, pelo movimento, um contralaudo. “Não, a gente acredita que isso daqui não confere com a realidade”. Podemos contratar também um outro laudo, inclusive encaminho emendas para a sua pasta, para a execução desse tipo de ferramenta, para a gente conseguir entender quais são as possibilidades de manutenção do prédio ali. Se não for interesse da nossa comunidade, vamos vender, como está sendo feito com boa parte desses

---

imóveis vazios. Mas a gente quer o retorno desse recurso para investimento num lugar que seja um lugar nosso. Porque, hoje, o *hub* de tecnologia é um TPU, é um edital, um CNPJ, apesar de ser aberto, e acho que é uma iniciativa importante o Sopapo Poético também ocupar aquele espaço que está lá disponível. Mas ainda não é um espaço nosso, é uma cedência. E o meu medo, enquanto militante desse movimento negro, é que a gente vai abrindo mão dos espaços que, mesmo precários, são nossos. Porque hoje aquele CEP é nosso, aquele endereço é da comunidade negra, pertencimento histórico, valor simbólico, isso é constituído pela nossa comunidade; laudo arquitetônico é uma coisa, pertencimento, e por todas as falas que vocês trouxeram aqui, inclusive as tuas, coordenadora Adriana, tem uma relação, sim, daquele espaço com a nossa comunidade negra. Nós nos constituímos, enquanto negros, em diáspora, dentro daquele espaço. Por isso que é muito importante a gente ter essas notas taquigráficas, porque, por mais que a gente queira dizer que não, que a gente pode pegar outro espaço, não dá para a gente negar a nossa história de mais de 15 anos ocupando aquele espaço ali. Eu, enquanto jovem estudante do Coletivo Negração da UFRGS, ocupei aquele espaço, fizemos atividades políticas ali dentro. Então, nos constituímos ali, a nossa consciência racial se constituiu dentro desses territórios. Se a gente quiser permanecer ali, a gente vai brigar por aquele espaço, e brigar pelas emendas necessárias, os recursos necessários. Caso não seja necessário, a gente tem que ter uma opção concreta.

Encerro essa reunião apontando a nossa luta pelo Museu do Negro na cidade. A gente vem brigando juridicamente pela sede da Epatur, que é uma sede bem localizada, em frente ao Largo Zumbi dos Palmares, dentro de um território negro, que é a Cidade Baixa, um espaço gigantesco, como bem colocou o secretário Flores, onde a gente pode colocar lá dentro todo o *hub* de tecnologia preto, o nosso Museu do Negro, um espaço para o Sopapo Poético, salas de capoeira e de dança afro. Dá para a gente ter a possibilidade de criar e, com certeza, envolver os financiamentos e as nossas bancadas negras, em âmbito de Parlamento, em âmbito de Congresso, em âmbito de Estado, para conseguir constituir esses recursos que, com certeza, recompõem um pouco da nossa

contribuição, um espaço de organização da nossa história e da nossa memória, num espaço central.

Então, também deixo de encaminhamento a constituição dessa campanha, que é uma campanha que está acontecendo por dentro do Conselho do Negro, juridicamente, junto às nossas comunidades, mas que a gente brigue para que a gente tenha um espaço físico para a incorporação de todas essas políticas que hoje estão, de certa forma, fragmentadas na nossa cidade, inclusive um espaço para as nossas entidades carnavalescas. Acho que esse é o nosso desejo.

Então, encerro a reunião desta forma. Agradeço a presença de todos e todas. Vamos seguir em luta pelos nossos espaços de memória. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h31min.)

TEXTO SEM REVISÃO